N.º 105 Janeiro-Março 1976

Vol. LIII - REVISTA DE HISTÓRIA - Ano XXVII

ARTIGOS

UM PARECER DE HUMBOLDT SOBRE OS LIMITES NO NOROESTE DO BRASIL.

CARLOS H. OBERACKER JR.

No arquivo do Museu Imperial em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro (Brasil) encontra-se (sob nº I 6029) um parecer em língua francesa e do próprio punho do famoso naturalista alemão Alexandre von Humboldt, referente a um ou dois convênios que o governo imperial do Brasil pretendia concluir com as repúblicas que o delimitam no noroeste. O documento, datado de Berlim a 22 de dezembro de 1854, já foi publicado em 1914 na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (tomo 77, parte II, p. 27 ss.) sob o título *Parecer favoravel sobre os tratados de limites pelo Brasil feitos com as repúblicas da Venezuela e Nova Granada,* mas exclusivamente na língua original, isto é em francês, e sem qualquer comentário. O catálogo do arquivo do Museu Imperial fala, no entanto, somente de uma "Carta de Humboldt" sobre o tratado de Venezuela, não menciona, portanto o pretenso outro convênio com a Nova Granada, hoje denominada Colômbia. Segundo a revista do IHGB a carta fora dirigida "A Monsieur le Ministre Résident de Sa Majesté l'Empèreur du Brésil, comendador D. Miguel Maria Lisboa", aliás, mencionado na própria carta e que teve o cuidado de deixar reconhecer a assinatura de Alexandre von Humboldt pela representação de França em Berlim, o que foi feito em 30 de dezembro de 1854 "pour le Ministre de France e par autorisation pour le secretaire de la légation Rothan". (Ignoramos o motivo desta medida que talvez se explique pelo fato de o ministro brasileiro residir em **Paris?**).

A letra de Alexandre von Humboldt é tão dificil de decifrar que alguem, supomos o próprio imperador D. Pedro II, já que o documento se encontrara no antigo arquivo particular da casa imperial, encarre-

gou, aliás, bem mais tarde, um tal sr. Draenert de fazer uma cópia do original; esta acha-se tambem no arquivo mencionado junto com o original (sob o nº m. 120-6.029) e está datada de São Domingos de 17 de janeiro de 1889, isto é, de pouco antes da proclamação da república no Brasil. Supomos tratar-se talvez do Dr. Frederico Maurício Draenert, falecido em 1903, que chegou a ser diretor substituto do Instituto Agronômico em Campinas e que contribuiu bastante para o desenvolvimento deste instituto e das suas pesquisas trópico-agrícolas assim como para a organização do Posto Zootécnico de Uberaba. No entanto, nem Draenert nem a pessoa que publicou o parecer de Humboldt na revista do IHGB conseguiram decifrar todas as palavras e, principalmente, no que diz respeito aos nomes próprios de origem indígena, já que o próprio texto e mais ainda as rápidas notas à margem não mostram nenhum capricho por parte do autor.

Transcrevemos em seguida, vertendo-o — pela primeira vez, assim cremos — para o português, o parecer de Alexandre von Humboldt sobre a melhor maneira de delimitar as fronteiras brasileiras com os seus vizinhos do noroeste. Quanto às designações geográficas consultamos diversas obras, mapas, e, principalmente, a *Voyage* sem que pudéssemos garantir de termos acertado sempre.

> "Senho.. Mui sensivel, Senhor, à confiança que V. Mcê. achou por bem testemunhar-me e a qual devo, sem dúvida, a afetuosa benevolência com que me honra o sr. cavaleiro d'Araujo, estudei os documentos que tratam da convenção que tão felizmente foi concluida e que será, com certeza, adotada em momentos mais calmos. Por ocasião da paz de Paris já fora convidado pelo Duque de Wellington para redigir uma memória sobre os limites da Guiana portuguesa, a qual foi publicada na "Collection diplomatique de Schöll", depois de ter recebido a alta aprovação da Vossa Corte. As incertezas que reinaram tanto tempo em relação aos limites das possessões brasileiras na bacia do Rio Negro nasceram, em grande parte, da preferência que se queria dar lá, aonde falta toda a observação de latitude, às vagas suposições sobre o ponto, onde o Rio Neg o é cortado pelo equador em relação às indicações mais simples e mais tranquilizadoras das confluências de dois rios. Quando o sr. de la Condamine veio ao (Belem do) Grão-Pará acreditava-se que esta cidade estava situada sobre o próprio equador: ele encontrou-a 1º 28' ao sul do equador. Durante meio século existia na Capitania Geral de Caracas a convicção de que o habil engenheiro Dr. Gabriel Clavero construira o fortim de San Carlos del Rio Negro, onde passava o equador. Nenhuma observação astronômica foi feita neste lugar antes de mim. A

MUSEU IMPERIAL
Arquivo
P.O.B.

Votre Majesté Impériale, daignant encourager par votre auguste Protection
les travaux entrepris dans le but d'en répandre du jour sur le Continent dont les
vastes et fertiles régions sont soumises à Son sceptre qu'a confié les plus

Monsieur

MUSEU IMPERIAL
Arquivo

Très sensible, Monsieur, à la confiance que Vous avez bien voulu me ~~[illegible]~~ témoigner et que je dois sans doute à l'affectueuse bienveillance dont m'honore Mr le Chevalier d'Araujo, j'ai étudié les documens qui traitent de la convention que Vous avez si heureusement ~~[illegible]~~ et qui sera sans doute adoptée dans des momens plus calmes. Lors de la paix de Paris j'avais déjà été invité par le Duc de Wellington de rédiger un mémoire sur les limites de la Guiane portugaise qui a été publié dans la Collection diplomatique de Schöll après avoir joui de la haute approbation de Votre Cour. Les incertitudes qui ont régné si longtems sur les limites des possessions brésiliennes et dans le bassin du Rio Negro, ont pris naissance en grande partie des préférences qu'on a voulu donner à de vagues suppositions sur le point où le Rio Negro est traversé par l'équateur, aux indications plus simples et plus ~~[illegible]~~ rassurantes (là où manquoit toute

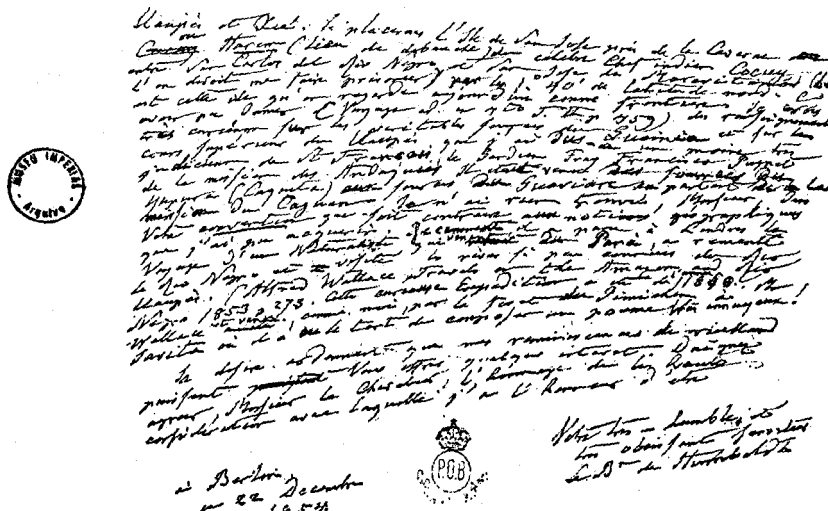
MUSÉE IMPÉRIAL · ARCHIVES ·

Sire,

Votre Majesté Impériale.

au Château de Compiègne
le 20 Octobre
1855

de Votre Majesté Impériale
le plus humble et le plus obéissant
et le plus reconnaissant serviteur
le Bon Alexandre de Humboldt



MUSEO IMPERIAL
Argelino

Real Expedición dos limites de Solano não ultrapassou a confluência do Guaviare e do Orinoco. Encontrei o fortim de San Carlos em 1º 53' 42" de latitude boreal. Aprovo muito, Senhor, o bom senso com que não insistiram em suas negociações (com as mais conciliatórias intenções) no aumento de território e adotaram, para sair das longas incertezas que nascem das expressões vagas do antigo tratado de 11 de outubro de 1777, o princípio do *uti possidetis* de 1810. Sentiram muito bem que para livrar estas regiões selvagens de seu estado de isolamento e abandono industrioso, o mais importante seria apaziguar as antipatias nacionais, aproveitando-se por meio de uma navegação livre, este admiravel entrelaçamento de rios que, como um dom benéfico da Providência, foi concedido, mui inutilmente até agora, aos povos da América do Sul. Foi sob este ponto de vista que, de volta da expedição ao Orinoco, em 1800 tentei fixar a atenção do governo espanhol sobre um relatório que enderecei ao então ministro dos negócios estrangeiros, o cavaleiro d'Urquijo. Disse eu então: "Lo que sería lo más digno de ser obtenido por el medio de mutuas concesiones, sería una libertad entera y recíproca de comercio en estos majestuosos ríos, el Orinoco, el Cassiquiare y Río Negro o Guainia y el Marañón. Nada sería más proprio para fomentar la prosperidad en unos países tan atrasados en el cultivo de las tierras, nada más proprio para disminuir la infeliz e irracional antipatía que existe desgraciadamente entre dos naciones limitáneas".

O Senhor Ministro Residente e Comendador Dom Miguel M. Lisboa fez-me a honra de formular no fim de sua carta (com a data de 4 de agosto de 54) com que muito me queria honrar, duas perguntas especiais às quais tentarei dar uma resposta franca: 1º As possessões *de fato* dos portugueses pelo Rio Negro estendem-se antes da expedição de Solano, isto é pelo ano de 1750, alem do Cassiquiare?

Havia, com certeza, (muito antes de os espanhois estabelecerem missões sobre o Atapabo, o Cassiquiare e o Rio Negro) desde os estabelecimentos portugueses, formados junto com os marabitanos, de tempo em tempo, incursões em direção ao norte, alem do Cassiquiare pelo Cababury e o Pacimoni. V. Excia. encontrará mesmo no meu grande mapa do Orinoco (Pl. 16 do meu Atlas geográfico e físico da *Voyage*) inscrito perto de um lago (no 3º de latitude setentrional) as seguintes palavras: "é pelas margens deste lago, ao leste do rio Mavaca que os portugueses se infiltraram por meio de *arrastadeiro* que vai do rio Siapa, afluente do Cassiquiare, ao rio Mavaca para

colher o fruto aromático do loureiro Puchery e a salsaparrilha, artigo de exportação do Pará. Chegava-se tambem a este de Esmeralda, lá onde estive eu e o sr. Schomburgg, 30 anos após de mim, o mais perto das fontes do Orinoco. Foi desse lado que vieram as incursões temporárias, mas não se tratava de uma *possessão* de fato.

(À margem): Se aventureiros índios misturados com alguns colonos portugueses avançaram muitas vezes com as suas incursões hostis até às águas do Rio Temi e do Tuamini (antes de 1755), então isso foi com o fim de fazer escravos, "ir à conquista de almas" e de vende-las no Rio Negro português. O estabelecimento de Javita sobre o Tuamini existia, sem dúvida, mas como aldeia índia com a denominação de um chefe índio de nome Javita. Os primeiros brancos que o padre Román, em fevereiro de 1744, encontrou quando passou como o primeiro indivíduo do Orinoco ao Rio Negro, foram portugueses, traficantes de escravos "da tropa de resgate". Os guapunavas vendiam-lhes os prisioneiros que não comiam. O chefe Javita não mandava na aldeia índia, mas sim num dos estabelecimentos portugueses sobre o Rio Negro, onde o padre Román esperava a chegada do jesuita português Avogadri que veio do Pará (*Voyage*, t. II, p. 416 e 537). (Fim da nota à margem).

Os portugueses em 1750, creio, não tinham nenhum estabelecimento, nenhuma cultura ao norte do ponto, onde entra o Cassiquiare, ao noroeste do rochedo Culimacari, sobre que "bivaquei" com o sr. Bonpland.

2º Encontravam-se os limites do tratado de 25 de novembro de 1852 de acordo com o que V. Mcê. manifestou na relação de suas viagens às regiões equinociais?

Não visitei as águas do Rio Negro ao oeste do ponto, onde este rio recebe as águas do Caño Pimichim, tendo chegado a pé da floresta de Javita (missão no rio Tuamini) ao fim da *portage* (arrastadeiro) sobre o Caño Pimichim. Pude, creio recolher informações bastante precisas referente aos lugares citados no tratado de V. Mcê. Minha carta do Orinoco e do Rio Negro traz o confluente do Apaporis (que recebe o Taraira com o Japurá, confluente que fica a um grau *ao sul* do equador e pelo qual começam V. Excias. os seus limites, art. 4 do tratado datado de 25 de julho de 1853: o meu mapa mostra os rios Aquio, Tomo, Uaupés e Xié).

(Nota à margem): Não compreendi bem, porque este tratado na Memória do Sr. Lleras, p. 32, apresente outros nomes de

lugares como limites que o tratado datado de 25 de novembro de 1852 do *Diário dos Debates,* nº 23, que começa não pelo rio Taraira, mas pelas fontes do Memachi que ignoro. Tenho ainda dúvidas (Mem. de Lleras, p. 32) sobre a aplicação adequada das palavras: margens *direita* e *esquerda*. As margens esquerdas do Apaporis e o Japurá, afluindo do noroeste ao sudeste ou do norte ao sul, são setentrionais ou orientais. Sendo assim, o que fica do lado de lá destas margens esquerdas não pertenceria a Nova Granada? Talvez me engane, mas esta anotação não altera nada do texto da minha carta. (Fim desta nota à margem).

Colocaria a ilha de San José perto da caverna ou de Itarém (lugar de libertinagem do célebre chefe índio Cucuí) entre San Carlos del Rio Negro e São José dos Marabitanos (lá, aonde me deviam ter feito prisioneiro) pelo 1º 40' de latitude setentrional. É esta a ilha, que hoje se considera como fronteira. Creio que pude dar (*Voyage,* ed. 2ª, 4 to, t. II, p. 459) informações muito interessantes sobre as verdadeiras fontes do Guainia e os cursos superiores do Uaupés que devo a um monge muito judicioso de São Francisco, o guardião Irmão Francisco Puppet (Pugnet?) da missão dos andaquiés. Veio das fontes do Japurá (Caquetá) às fontes do Guaviare, partindo da missão Caguan. Nada encontrei, Senhor, na Vossa convenção que seria contrário às noções geográficas que podia adquirir. Recentemente apareceu em Londres *A Viagem* dum naturalista que, chegando do Pará, subiu o Rio Negro e visitou as margens tão pouco conhecidas do Rio Uaupés (Alfred Wallace, *Travels on the Amazon and Rio Negro,* 1853, p. 273). Esta memorável expedição realizou-se no ano de 1850. Mr. Wallace chegou, como eu, pela floresta do Pimichim a Javita, onde teve a má idéia de compor um poema muito enfadonho.

Desejo ardentemente que as minhas reminiscências de homem velho possam oferecer algum interesse a V. Mcê. Aceite, Senhor Cavaleiro, a homenagem de minha elevada consideração, com que tenho a honra de ser de V. Excia. mui humilde e mui obediente criado.

O Barão de Humboldt

Berlim, 22 de dezembro de 1854".

Lendo-se com atenção a epístola supra vê-se que Humboldt no seu início fala de *uma* convenção, de maneira que se fica com a impressão que dava o seu parecer em relação a um tratado só. No fim de sua exposição corrabora tal impressão, afirmando "nada encontrei Senhor, na Vossa convenção", observação que se poderia referir so-

mente a Venezuela, mencionada várias vezes direta e indiretamente. Respondendo, porem, à segunda pergunta do ministro brasileiro, fala claramente de dois tratados diferentes que lhe foram apresentados, um datado de 25 de julho de 1853 e outro datado de 25 de novembro de 1852, mencionando neste parágrafo tambem Nova Granada, isto é a atual Colômbia. Consultamos umas duas dezenas de obras sobre a história do Brasil, a sua política exterior e a formação das suas fronteiras em especial. Nenhum dos autores se refere a tratados de delimitação com os vizinhos brasileiros no noroeste, e menos ainda a tratados com as datas referidas por Humboldt. Enfim, folheando a obra do alemão Heinrich Handelmann sobre a História do Brasil (p. 655 da *Geschichte von Brasilien,* Berlim, 1860) encontramos a chave do enigma: o velho Handelmann fala aí de dois contratos limítrofes ainda não ratificados, o de 25 de novembro de 1852 referente à Venezuela e o de 25 de julho de 1853 referente à Nova Granada; alem disso sabia ainda da existência de um tratado de navegação com a Venezuela (25.1.1853) e de outro com a Colômbia (14.6.1853). A conclusão destes dois últimos convênios explica melhor porque Humboldt insiste na sua carta tanto no problema da navegação e do intercâmbio nestas regiões inóspitas. Tinha, portanto, razão a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dando ao parecer de Humboldt o título citado na nossa introdução ao artigo presente e em que se referia a dois tratados. Tudo leva a crer que o ministro residente do Brasil apresentou a Humboldt com a sua carta de 4 de agosto de 1854 os textos dos dois convênios e talvez tambem os dos dois tratados sobre a navegação, os quais em todo o caso deve ter mencionado no seu pedido acerca de um parecer.

Na tentativa de comentar o parecer encontramos em primeiro lugar o nome de um cavaleiro d'Araujo, a quem Humboldt julga dever a lembrança de lhe terem solicitado a sua opinião sobre os convênios ainda não ratificados. Quem era este Araujo? Sabemos (v. *Oberacker, Uma carta*) que Humboldt teve em alta consideração o ministro Antônio Araujo de Azevedo, o Conde da Barca, mas este estadista, da época de D. João VI, já falecera em 1817 e, portanto, não pode ter tido a mencionada "afetuosa benevolência" de se recordar do velho Humboldt em 1854. Talvez fosse Pedro de Araujo Lima, o Visconde de Olinda, presidente de conselho e ministro dos estrangeiros naquele tempo? Ou José Tomás Nabuco de Araujo, então ministro da justiça? O mais provavel, porem, parece-nos que tenha sido Lourenço da Silva Araujo e Amazonas (1803-1864). Era ele etnógrafo e então capitão-de-mar-e-guerra; explorou o rio Amazonas e seus afluentes, e especialmente o Rio Negro, publicando em 1852 um *Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto-Amazonas* e outras obras sobre a região.

Logo na introdução ao seu parecer Humboldt lembra que já por ocasião da Paz de Paris — isto é provavelmente a segunda paz de Paris de julho de 1815 após a derrota definitiva de Napoleão — fora convidado pelo Duque de Wellington para elaborar um parecer acerca dos limites da Guiana Francesa que foi publicado na Collection Diplomatique de Schoell (nas *Ansichten der Natur* diz Humboldt: *Schoell Archives historiques et politiques,* ou *Recueil de Pièces officielles, Mémoires* etc., t. I, 1818, pp. 48-58) e que levou o título *Sur la fixation des limites des Guyanes française et portugaise*. Wellington, originariamente Arthur Wellesley — agraciado com os títulos portugueses de Conde do Vimeiro, Marquês de Torres Vedras e Duque da Vitória — era anteriormente chefe das tropas auxiliares inglesas, que desembarcaram em 1808 em Portugal, e em seguida tambem comandante-chefe das tropas portuguesas; teve, portanto, relações especiais com Portugal. Por isso talvez não seja tão estranho, como parece, que Humboldt quatro anos mais tarde (1859) dissesse nas suas *Ansichten der Natur* textualmente sobre este parecer "que elaborei a pedido" (*auf Verlangen*) da corte portuguesa no ano de 1817. É sabido que D. João VI, após a sua transferência para o Rio de Janeiro, mandara ocupar aquela colônia francesa no norte da América do Sul e que ele fora obrigado pela sua "fiel aliada" no Congresso de Viena a devolver a sua conquista, sem que aquela potência sequer o tivesse consultado a esse respeito, pois considerava Portugal sem rodeios como seu protetorado. Os franceses sempre tiveram a tendência de estender a sua colônia até às proximidades da embocadura do Rio Amazonas, fazendo confusão depropositada com rios mais ao sul, até ao Araguarí, com o verdadeiro rio limítrofe, o Oiapoque. O litígio só chegou a ser resolvido definitivamente e a favor do Brasil, em 1º de dezembro de 1900 pela arbitragem do presidente Walter Hauser da Suiça. O parecer de Humboldt que teve, como alega, "a alta aprovação da Vossa Corte", isto é da corte de D. João VI que então ainda residia no Brasil, contribuiu como documento valioso para aquela decisão favoravel.

O sr. de la Condamine, Charles Marie de la Condamine (1701--74), mencionado por Humboldt no seu parecer, viajara em 1735 para Quito, comissionado com outros conterrâneos seus pela Academia das Ciências de Paris para medir um grau no equador com o objetivo de resolver o problema da verdadeira forma da terra, problema então muito discutido entre os cientistas e tambem de grande valor prático, de preferência para a navegação. Em 1743 de la Condamine voltou para a Europa descendo, com uma licença especial do rei português D. João V, que possuia motivos para atrair a boa vontade de seu "irmão e primo" francês, e apoiado pelas autoridades portuguesas. Tudo indica, no entanto, que de maneira alguma se tratava de sinal de uma especial liberalidade ou de uma mudança da política portuguesa para

com os cientistas estrangeiros e sim, como explica um historiador português, de uma comissão científica e paga de observações astronômicas que foram confiados pelo rei português a la Condamine. Pois a anomalia da viagem de la Condamine pelo território português não brigava somente

> "com a tradicional reserva do governo português, que fechava o Brasil às indiscrições de observadores estranhos" (Cortesão, *La Condamine*) e "muito mais com todo o sistema de medidas e prevenções que extremara, naquela época, essa política",

tambem aplicada, aliás, pelos espanhois e vencida por Humboldt somente em consequência de suas ótimas relações pessoais e da compreensão do ministro Don Mariano Luís Conde de Urquija. Afirma, aliás, um diplomata português citado por Cortesão, que a comissão científica levado a efeito por la Condamine correspondeu "muito mal" às expectativas portuguesas, revelando o francês

> "observações de longitudes contrárias aos interesses portugueses, quer nas suas relações com a Espanha, quer com a França".

Tal decepção contribuiu, de certo, para fortalecer ainda mais a reserva portuguesa para com os cientistas estrangeiros, reserva de que viria a sofrer o próprio Humboldt. Foi, aliás, uma afirmação de la Condamine que deu ensejo para a expedição de Humboldt ao Orinoco superior. Pois afirmara la Condamine, categoricamente, como primeiro cientista, que havia uma ligação fluvial entre o rio Orinoco e o Rio Negro ou Amazonas respectivamente, chegando a desenhar tal ligação até no seu mapa. Alguns anos mais tarde, em 1745, o padre José Gumilla e, posteriormente, outros desmentiram peremptoriamente a existência de um canal entre os dois sistemas fluviais. Por este motivo o governo espanhol mandara em 1754 (ou 1745?, v. *Hagen,* p. 129 e 133), isto é após de la Condamine ter feito a sua afirmação perante a Academia das Ciências de Paris, uma expedição sob o comando do capitão D. José Solano àquela região para ver *in loco* se esta ligação existia ou não. Solano, porem, como afirma Humboldt

> "não ultrapassou a confluência do Guaviare e do Orinoco",

voltando dos 325 homens da *Real Expedición* somente 13.

Foi esta controvérsia científica, portanto, o verdadeiro motivo de Humboldt tentar chegar ao *divortium aquarum* entre os dois sistemas fluviais para certificar-se pessoalmente da realidade ou não-realidade de tal conexão,

"cuja existência tem sido alternativamente aprovada e negada há meio século".

E tambem foi este desejo que posteriormente lhe deu a possibilidade de redigir o parecer acima reproduzido. Em todo o caso, ficou reservado a Humboldt resolver definitivamente o problema viajando, como primeiro cientista, por este canal, fazendo o seu levantamento astronômico e descrevendo a sua situação geográfica entre os dois rios após o estudo de seus trechos superiores. O historiador Serafim Leite S. J. afirma em sua grande obra que

"não foi preciso esperar por Humboldt"

para que nos certificássemos da ligação do Orinoco com o Rio Negro. De fato, a gente que vivia naquela zona sabia da existência do Cassiquiare, aproveitava-o, no entanto, pouco, dando preferência — como veremos — a outro caminho para vencer o divisor hidrográfico. O mundo científico, no entanto, até a expedição de Humboldt não tinha a certeza da sua existência e menos ainda conhecimento do seu curso cartográfico.

Com a fundação da povoação de San Carlos del Rio Negro e do fortim San Felipe, situado em sua frente, pelo "hábil engenheiro Dr. Gabriel Clavero" um pouco ao sul da embocadura do Cassiquiare os espanhois atravessaram o divisor hidrográfico e penetraram no sistema fluvial do Amazonas atalhando aos portugueses o acesso ao mencionado canal e consequentemente o caminho natural ao rio Orinoco. O fortim mais avançado dos portugueses nesta região era o de São José dos Marabitanos que impedia a penetração dos espanhois em direção ao sul, isto é à bacia amazônica. Ambos os fortins separava uma distância de mais de 100 km e não existia uma linha de demarcação entre ambos os territórios. Os portugueses e os seus aliados índios, aproveitando-se desta circunstância, infiltravam-se nas regiões setentrionais com o fim — como explica Humboldt — de colher a salsaparrilha e o fruto do loureiro, artigos de exportação, assim como para "resgatear" os prisioneiros das tribos indígenas como escravos. Estas excursões foram executadas, di-lo Humboldt, "além do Cassiquiare pelo Cababury e o Pacimoni" assim como "pelas margens de um lago a este do rio Mavaca". Desta maneira os portugueses alcançaram, já antes de 1755, o rio Temi e Tuamini, afluentes do rio Orinoco e chegando "tambem a este de Esmeralda, lá onde eu estive e o sr. Schomburgg, 30 anos após de mim". Quando o padre Manuel Román se transpos, em 1744, como primeiro indivíduo branco, das missões do Orinoco ao Rio Negro divulgou-se pela primeira vez a curiosidade da existência de um canal entre ambos os sistemas fluviais. Topou o padre

Román nesta zona com traficantes de escravos que eram portugueses; esperava numa aldeia "a chegada do jesuita português Avogadri que veio do Pará". A prova de que Humboldt estava muito bem informado encontramos na já citada obra moderna, a *História da Companhia de Jesus do Brasil* (IV, p. 351) de Serafim Leite S. J. Segundo este historiador o padre Aquiles Maria Avogadri, a serviço de Portugal, era italiano de Novara; subia e descia ele o Rio Negro "como capelão oficial das tropas de resgates", assinando, isto é, confirmando que se tratava de fato de "compras" e não de prisioneiros feitos em guerra pelos portugueses, vários resgates entre outubro de 1745 e fevereiro de 1746. Era Avogadri, aliás, o último missionário jesuita no Rio Negro.

Quanto ao Sr. Schomburgg, mencionado por Humboldt, tratava-se de Robert Hermann Schomburgk (1804-1865), alemão nascido em Freyburg sobre o Unstrut, que a serviço da Sociedade Real de Geografia de Londres, executou de 1835 a 44 várias expedições na Guiana inglesa, penetrando tambem em território brasileiro e venezuelano. Deixou entre outras publicações as *Reisen in Guyana und am Orinoco 1835-39* (Lípsia, 1847-48). Desenhou Schomburgk ainda um mapa daquela zona que abrange alem do Orinoco as cabeceiras do Rio Negro e o Rio Branco, mapa que Orville Derby considerou como "um dos melhores trabalhos geográficos que então existiam em todo o continente sul-americano". Foi, portanto, esta obra. de Schomburgk de que Humboldt se aproveitou para completar os seus próprios conhecimentos para redigir o seu parecer.

Apesar das mencionadas infiltrações portuguesas em direção setentrional Humboldt chega a uma conclusão clara, finalizando que nunca houvera um estabelecimento português ao norte da embocadura do Cassiquiare no Rio Negro e ao nordeste do Culimacari, sobre o qual ele "bivacou" com o seu companheiro de viagem, o médico e botânico francês Aimé Bonpland, posteriormente diretor do "Jardim Botânico Real" da ex-imperatriz Josefina em Malmaison (1805-14); após a derrota de Napoleão, Bonpland deixou (em 1816) a sua pátria para se tornar diretor do museu de Buenos Aires. Numa excursão ao Paraguai o caudilho Francia mandou-o prender e o fez médico da sua guarnição em Assunção e mais tarde diretor da agricultura. Somente após nove longos anos conseguiu-se a libertação do naturalista que se estabeleceu no interior do Uruguai numa casa de adobe, coberta de colmo, dedicando-se à botânica e rejeitando todos os apelos de Humboldt e outros para voltar a sua pátria; faleceu lá em 1858, pobre e quase esquecido na idade avançada de 83 anos.

Entre os dois fortins oponentes San Felipe e São José encontrava-se perto de uma caverna ou de Itarém (lugar de libertinagem do célebre chefe índio Cucuí) a ilha de San José que já na época da expe-

dição de Humboldt "se considerava como fronteira". O mapa de J. J. Vitório da Costa mostra um serro Cucuí. Nos mapas mais modernos encontra-se na fronteira entre o Brasil e a Venezuela uma localidade de nome Cocuí (ou Cocuhy), talvez idêntica com a localidade mencionada por Humboldt, ou com outra na ilha de São José, ou na margem do Rio Negro; diante da dificílima subida no Orinoco devido às cachoeiras e rápidos continuou a viagem num afluente, o rio Tuamini e deixou arrastar a sua canoa, partindo da missão de Santo Antônio do Javita, através do istmo e da floresta que separam o sistema fluvial do rio Orinoco do do Rio Negro ou seja Amazonas, alcançando o penúltimo num afluente do Rio Negro, o Caño Pimichim. Descendo então o Rio Negro, lá chamado Guainia, passou à embocadura do Cassiquiare, e a San Carlos, onde se demorou algum tempo.

Alega Andrä que Humboldt teria tido a idéia de continuar a sua viagem Rio Negro e Rio Amazonas abaixo até Belem do Pará, propósito de que teria desistido devido aos avisos recebidos em San Carlos de que os portugueses prenderiam qualquer estrangeiro por causa da tensão existente entre a Espanha e o Portugal; o próprio Humboldt afirma na sua carta ao Conde da Barca em 1816, que "la guerre entre le Portugal et l'Espagne m'a empeché de penétrer plus loin"; diz, portanto só que pretendia penetrar mais ao sul e não que tinha a idéia de seguir viagem pelo caminho mencionado, o que nos parece improvavel, já que não tinha resolvido o problema que constituia o principal motivo desta expedição, isto é a investigação do Cassiquiare. Para esclarecer este ponto controverso dirigimo-nos ao Instituto Ibero-Americano de Berlim, cujo diretor nos enviou gentilmente fotocópias das respectivas folhas da *Voyage*. De fato, nada aqui indica que Humboldt se tivesse ocupado com a idéia de continuar de San Carlos a sua viagem Rio Negro e Rio Amazonas abaixo. Observa Humboldt unicamente que tal viagem até Belém do Pará teria levado de 20 a 25 dias, isto é "não muito mais tempo" do que a volta pelo Cassiquiare e Orinoco até a costa atlântica. No entanto, pode concluir-se da sua narração que brincava com a idéia de penetrar em território português para completar os seus estudos sobre o Guainia-Rio Negro, avançando quando muito até Barcelos. Aliás refere-se Humboldt em sua carta ao Conde da Barca à Segunda Guerra de Coalizão (1799-1802) na Europa como motivo por que não penetrara mais ao sul. Mas, na verdade, esta guerra em que os dois povos ibéricos tomaram forçosamente, e menos por vontade espontânea, parte em campos opostos no fundo não interessava os dois vizinhos nem na Europa e menos ainda na América do Sul. Consequentemente existia nesta zona a paz e tambem não havia aqui uma "tensão" — como alegam diversos escritores — a não ser aquela que sempre existia entre os dois povos concorrentes na América do Sul.

Quem fornece a prova insofismavel para a nossa afirmação é, aliás, o próprio Humboldt que encontrou em San Carlos não poucos portugueses, e entre eles "il y avait (até) plusieurs militaires qui avaient été de Barcelos ou Grand-Pará" (p. 476). Logicamente a situação aqui era quase de confraternização, pois a permanência de militares portugueses numa localidade fronteiriça e fortificada não é imaginavel numa época de crise e tensão política. Sublinha Humboldt esta conclusão alegando ainda que os habitantes de San Carlos e San Felipe recebiam "les meilleurs provisions des établissements portugais du Rio Negro où regnent plus d'industrie et plus d'aisance parmi les indiens" (p. 475). E mais ainda, os militares portugueses eram tão gentis e compreensíveis que forneciam a Humboldt "tout ce que j'ai pu apprendre sur le cours du Rio Negro". Deles soube todos os pormenores geográficos a respeito dos afluentes do Rio Negro, das aldeias e vilas que os portugueses fundaram ao longo do seu curso e tambem que

> "a 5 lieues de distance (de San Carlos), par conséquent à peu près par 1º 38º de latitude boréale, se trouve l'île de San Josef que l'on reconnait provisioirement (car, dans cet interminable procès de limites, tout est provisoire) comme extremité méridionale des possessiones espagnoles".

Tudo isto, frisamos e di-lo o próprio Humboldt, lhe foi relatado por militares portugueses, o que prova, a nosso ver, que nunca desceu de San Carlos abaixo e que não se afastou dos arredores de San Carlos, e isto quer dizer que Alexandre von Humboldt nunca penetrou em território que atualmente faz parte do Brasil, já que pela ilha de São José tambem passou mais tarde, como veremos, a linha fronteiriça. Como explicar face a esta situação pacífica na fronteira do Rio Negro que Humboldt fora admoestado em San Carlos, e provavelmente pelos próprios militares portugueses a não penetrar "à cause des conjunctures politiques" em território português até São José dos Marabitanos ou até Barcelos? Por um lado soube tudo o que lhe interessava para resolver o problema do Cassiquiare dos militares portugueses e, por outro lado, não possuia a licença necessária que lhe tivesse permitido fazer indagações em território português.

A atitude de Portugal para com os naturalistas estrangeiros era sempre a de reserva para não dizer de desconfiança, como já foi dito. Só excepcionalmente, como no caso de la Condamine e no caso das comissões de limites (v. *Oberacker, Dois cartógrafos*) permitia-se a entrada de cientistas contratados, dando nestes casos preferência àqueles, cujas pátrias não nutriam sonhos coloniais, isto é a alemães, italianos, etc. Aliás, é engano afirmar-se que o governo de Lisboa deu

licença para pesquisas a naturalistas ingleses, isto é a conterrâneos de sua aliada secular, a não ser quando de passagem nos arredores do Rio. Henry Koster que não era naturalista, nascera em Portugal; e John Mawe viajou no Brasil (de 1809-10) quando D. João já residia no Rio de Janeiro. O único naturalista estrangeiro não contratado, um simples colecionador, que durante a época colonial (em 1801) conseguiu obter uma licença para investigações na América do Sul antes da transferência de D. João VI para o Brasil parece ter sido o alemão Friedrich Wilhelm Sieber, e isto em consequência das ótimas relações do seu mandante, o Conde von Hoffmannsegg, com a corte. Mas não era somente a qualidade de naturalista que fazia uma pessoa como Humboldt, residente em Paris e acompanhado por um francês, suspeito perante o governo lisbonense. Com certeza, um cientista independente podia revelar conhecimentos, considerados prejudiciais, como mostrara o exemplo de la Condamine, referentes às pretensões territoriais de Portugal e chamar a atenção de outros governos para riquezas ainda não exploradas. Foi sob este ponto de vista político que em Lisboa se consideravam as pesquisas científicas. Quanto a Humboldt assustara, no entanto, o governo português por outra razão que talvez tivesse ainda maior peso e a qual consistia no horror às idéias novas que vinham de França. O governo de D. Maria I revezara o do Marquês de Pombal, partidário do iluminismo, e tentava erguer a todo o transe nas suas fronteiras barreiras "ao contágio das idéias ímpias e subversivas", como afirma um historiador português do nosso tempo (Ameal, *História de Portugal,* p. 516). Por curioso que seja, imputavam em Lisboa a dois cientistas, conhecidos como tais apesar de ainda não famosos, que podiam "debaixo de especiosos pretextos" procurar contagiar "os ânimos dos povos, seus fieis vassalos nestes vastos domínios", os primitivos cabloclos "com as novas idéias de falsos e capciosos princípios". Lembrava o mesmo ofício de que citamos segundo Andrä as palavras em aspas ainda que todo o cientista, mesmo nacional, que — sem licença expressa — fizesse indagações em terras portuguesas, devia ser considerado suspeito de acordo com as leis vigentes. A penetração do

> "dito barão de Humboldt ou (de) outro qualquer viajante estrangeiro pelos territórios dessa capitania (...) seria (portanto) sumamente prejudicial aos interesses políticos (*sic*!) da coroa de Portugal (...)".

Consequentemente determinava o ofício em questão ao governador do Grão-Pará que atalhasse pelas autoridades locais e fronteiriças "a continuação de tais indagações" de Humboldt e seus companheiros, conduzindo os presos para Belém e

> "interceptando-lhes os meios de transporte" para "fazer indagações políticas (*sic*!) ou filosóficas",

isto é observações naturalistas e astronômicas. De maneira alguma, portanto, poderiam ter penetrado Humboldt e Bonpland em território português, mesmo que não se soubesse nada de sua "perigosidade" especial, pois existiam, há muito tempo, determinações reais que proibiam a atividade de naturalistas (1).

O ofício citado que se referia especialmente a Humboldt e mencionado por Andrä ainda não era e nem podia ser conhecido no *hinterland* do Estado do Grão-Pará quando o naturalista em maio de 1800 se encontrava em San Carlos, pois datava mais ou menos do mesmo tempo. De fato, o governador geral só chegaria a baixar as respectivas instruções especiais em 12 de outubro de 1800. No entanto, não teria sido preciso, como mostramos, desta instrução especial para que Humboldt, penetrando em território português sem licença, teria sido preso como espião, ou coisa que o valha. O próprio Humboldt que "então" nada sabia das ordens especiais emanadas de Lisboa contra a sua pessoa estava, portanto, muito mal instruido quando afirma em sua *Voyage* (ainda em 1819) que o preconceito para com os naturalistas estrangeiros partia somente *du zèle des agens subalternes*

---

(1). — John Mawe que viajou de 1807 em diante com licença especial em território português afirma em suas *Viagens ao interior do Brasil* (Editora Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1944, p. 90): "Soldados de categoria a mais baixa têm direito de inspecionar todos os estrangeiros que se apresentam e dete-los, assim como aos seus bens, se não possuirem passaportes. Eu e meus amigos, no percurso até aqui (isto é de Santos a São Paulo), fomos obrigados a apresentar três vezes a nossa licença, concedida pelo governador de Santos (...)". E na página 143, após ter conseguido a licença real de visitar as regiões mineiras, frisa: "Este favor não fora ainda concedido a estrangeiro, e nenhum português tivera licença de visitar o distrito em que se faz a exploração, a não ser para negócios que a ela se referissem, e mesmo assim com precauções tais que impossibilitavam dar ao público descrição conveniente".

Já que tais dificuldades de livre locomoção para os naturalistas no Brasil não raras vezes são negadas ou, pelo menos, desprezadas por certos historiadores como sendo de pouca importância para a exploração científica do Brasil, convem frisar que as respectivas leis continuavam ainda em vigor durante a estadia de D. João VI no Rio de Janeiro. Escreve, por exemplo, Ramirez: "Era ainda dificil partir para o interior do Brasil, visto como o governo brasileiro havia criado restrições para viagens e proibido a todos os estrangeiros a entrada nas províncias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso. Nem mesmo o embaixador austríaco (após a chegada de Dª Leopoldina) pode obter uma exceção para os seus cientistas, visto como pedidos semelhantes haviam sido recusados recentemente aos cientistas prussianos. Ao dr. Pohl foi concedido um passaporte que era válido por dois anos para as províncias de Minas Gerais e Goiás, que eram as mais interessantes no que se refere à mineralogia. Teve, porem, proibição expressa de entrar no Distrito Diamantino" (p. 132). Estas determinações foram somente pouco mais tarde relaxadas, dando-se licença a Natterer, Spix e Martius de visitar o interior do país e as províncias amazônicas.

na América do Sul, tendo "o ministro esclarecido" de Lisboa até dado ordem *de ne point me troubler des mes opérations*.

Acontece, no entanto, que apesar de Humboldt não ter penetrado em território português, que o americano Victor von Hagen propaga a respeito uma curiosa história em todos os seus pormenores:

> "Quando um soldado descalço de certa guarnição brasileira o viu olhar pelo telescópio, ficou certo de que ele não era outra coisa. De repente, à noite, Humboldt foi preso". "Tudo foi sequestrado — seus arquivos, seus registros, suas observações astronômicas, seus papeis, seus instrumentos e sua pessoa". O comandante da guarnição "sabia o seu dever. Humboldt e seus papeis tinham que ser conduzidos pelo Amazonas até o (Belem do) Pará e daí atravessar o Atlântico rumo a Lisboa. O negócio agora tornava-se sério. Se aquele *Dummkopf* levasse a sua decisão avante, arruinaria toda a expedição (mal começada após anos de lutas frustadas). Padre Zea interveio. Aimé Bonpland, ameaçador, preparava-se para se lançar sobre o desafortunado comandante. Afinal o homem concordou em mandar um soldado a (Belem do) Pará, a 3.218 km dali, para pedir "instruções". Mas as instruções nunca vieram e pouco a pouco passou a borrasca e Humboldt foi posto em liberdade" (Hagen, *A América do Sul*, p. 138/9).

Ignoramos donde provem estes conhecimentos pormenorizados de Victor von Hagen, já que ele não lhes indica a fonte. Tudo leva a crer tratar-se de uma confusão de von Hagen. Não parece ser admissivel que Humboldt tivesse omitido em seu relatório de viagem (v. *Voyage*, p. 476 e seg.) referência a um incidente tão desagradavel, já que frisou, posteriormente, diversas vezes as dificuldades que encontrara para avançar em território português, e isto com certa amargura e até ironia. Na obra citada (p. 476) diz apenas:

> "Nestas florestas desertas instrumentos foram vistos somente em mãos de comissários de limites, e até agora os agentes subalternos do governo português compreendiam tão pouco, como aquele bom missionário de que falei num outro capítulo, que um homem sensato se podia expor às fadigas de uma longa viagem para medir terras que não lhe pertenciam".

Estas últimas palavras von Hagen cita literalmente em relação ao comandante português que pretensamente retinha a Humboldt. Talvez o autor americano tenha compreendido mal Humboldt? Este voltou

em todo o caso, sem pisar o então solo português, de San Carlos diretamente à embocadura do Cassiquiare para resolver o problema que o tinha conduzido neste deserto, isto é para viajar pessoalmente todo o curso do canal e certificar-se pela própria experiência de que de fato, liga os dois sistemas fluviais. Após ter feito o levantamento cartográfico do Cassiquiare, Humboldt seguiu viagem com os seus companheiros à costa venezuelana, continuando daí a sua expedição por outros territórios espanhois.

Não há dúvida alguma que Humboldt era uma personalidade soberana, o tratamento mesquinho dos naturalistas pelo governo português, no entanto, não lhe perdoou. Em suas cartas e pareceres nunca deixa passar a oportunidade para lembrar o ofício que se referia especialmente à sua pessoa. Da existência deste, aliás, soube somente muito mais tarde, em 1848, por intermédio do Barão von Eschwege. Em sua carta ao Conde da Barca que tanto estimava não desistiu de mencionar as dificuldades que as leis portuguesas lhe impuseram, com um tanto de indulgência, é verdade, dizendo que teria sido a guerra que o impedia a "penetrar mais longe". E no seu parecer acima reproduzido tambem não esqueceu de referir-se entre parêntesis e em sítio onde a recordação não tem cabimento algum, isto é após o nome da localidade de São José dos Marabitanos ao caso:

> "lá, aonde me deviam ter feito prisioneiro",

confirmando assim indiretamente que *não* foi preso. Está patente que o tratamento destinado a ele em território português o magoou profundamente como inofensivo e apolítico naturalista de responsabilidade. Em todo o caso não temos de maneira alguma a impressão que Humboldt "se ria do incidente", inventado por Hagen (p. 139), que tivesse restringido a sua liberdade e atividade de pesquisador. Ao contrário achamos que a carta de Humboldt mencionada por Hagen (*ibidem*) e em que repete um tanto sarcasticamente que

> "tempo houve em que pretenderam no Rio de Janeiro (*sic!*) prender-me como perigoso espião e manda-me de torna-viagem para Europa", acrescentando ainda que "a ordem lavrada para este fim ainda lá se mostra como objeto de curiosidade"

parece confirmar inteiramente a nossa interpretação.

Durante a sua expedição venezuelana Humboldt chegara, como ele próprio alega no seu parecer, à conclusão de que o mais importante devia ser o desejo comum de

> "fazer sair estas regiões selvagens de seu estado de isolamento e abandono industrioso, isto é de acalmar as antipatias nacionais e de aproveitar por meio de uma navegação este admiravel entrelaçamento de rios".

Foi isto que escreveu ao seu protetor Don Mariano Luís Conde de Urquijo, ministro dos negócios estrangeiros, após a sua "volta da expedição do Orinoco em 1880", e não, como diz von Hagen, após a sua chegada ao Caño Pimichim ao rei D. Carlos. Segundo von Hagen teria ainda proposto a abertura de um canal naquele istmo, fornecendo até a respectiva planta. Se for verdadeiro, o naturalista teria adiantado por muito o seu tempo, pois até hoje não existe trânsito regular entre os dois sistemas fluviais para o que contribuem sem dúvida, as cachoeiras, os rápidos e outras dificuldades no Orinoco, das quais Humboldt, imbuido dos ideais humanistas, talvez fizesse de propósito vista grossa.

Quanto a convênios limítrofes Humboldt considerava essencial o fato de que deveriam ser

> "propios para disminuir la infeliz y irracional antipatía que existe desgraciadamente entre dos naciones limitáneas",

atitude compreensivel para um homem de profundos sentimentos humanistas.

Parte Humboldt no seu parecer de uma pretensão que só pode ter sido a dos espanhois, isto é de fixar os limites na linha do equador, já que os castelhanos estavam convencidos

> "que o hábil engenheiro Dr. Gabriel Clavero construira o fortim de San Carlos del Rio Negro, onde passa o equador".

Humboldt, no entanto, encontrara-o dois graus ao norte. Em lugar de tais pontos imaginários recomenda as confluências de dois rios. Congratula-se em seguida pelo fato de o governo imperial brasileiro não ter feito exigências no sentido de aumentar o seu território e de ter preferido em primeiro lugar sair das longas incertezas que nasceram das expressões vagas do

> "antigo tratado del 11 de outubro de 1777", aceitando "o princípio do *uti possidetis* de 1810"

A este respeito Humboldt, no entanto, está enganado, pois o princípio do *uti possidetis* como ponto de partida para a delimitação do

atual Brasil não data de 1810; já fora reconhecido pelo tratado de Madrid de 13 de janeiro de 1750 e confirmado pelo tratado de Santo Ildefonso de 1º de outubro (e não 11 de novembro) de 1777. O reconhecimento formal deste princípio em 1750 é considerado como grande sucesso do diplomata português Alexandre de Gusmão, já que por ele o espaço luso-sulamericano ou brasileiro ficou juridicamente triplicado; pois com este princípio foi abandonado o tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494 e dado ao Brasil, em suas linhas gerais, a figura geográfica de que hoje desfruta. Ignoramos a que tratado de 1810 Humboldt se possa referir. Nesse ano Napoleão ainda dominava a Europa e residia D. João VI no Rio de Janeiro, de maneira que não existiam relações diplomáticas entre o soberano português e a Espanha e não pode ser concluido tratado válido referente aos limites na América do Sul; menos provavel ainda é que D. João VI tenha firmado um convênio limítrofe com governos sul-americanos, já que só nesse ano começaram as primeiras sublevações nas colônias espanholas em questão.

O ministro do Brasil fizera em nome de seu governo duas perguntas a Humboldt, evidentemente para certificar-se, se os convênios ainda não ratificados não seriam prejudiciais aos interesses do império brasileiro e talvez para saber se não seria conveniente apresentar mais reivindicações. Em primeiro lugar, o governo imperial quis saber, se por acaso "as possessões *de fato*" dos portugueses antes de 1750 (isto é antes do tratado de Madrid) não tinham ultrapassado a embocadura do Cassiquiare, pergunta à qual Humboldt dá — como já vimos — uma resposta negativa, afirmando que não houvera estabelecimento permanente dos portugueses alem dos que foram formados na região dos marabitanos. A segunda pergunta, se os limites estariam de acordo com os seus conhecimentos geográficos manifestados na sua *Voyage,* responde Humboldt, após chamar a atenção a alguns conceitos vagos e pouco claros no convênio que talvez pudessem criar novas incertezas, que

> "não encontrei (nada) (...) que seria contrário aos conhecimentos geográficos que podia adquerir"

Chama ainda a atenção do ministro residente do governo imperial para um livro publicado no ano passado (1853) em Londres, as ***Travels on the Amazon e Rio Negro*** da autoria de Alfred Russel Wallace (1823-1913) que de 1848 a 52 viajou pela Amazônia, subindo o Rio Negro e o seu afluente o rio Uaupés. Desta obra houve, aliás, segunda edição (abreviada) em 1889 da qual foi feita uma tradução portuguesa por Orlando Torres que, prefaciada por Basílio de Magalhães, saiu na "Brasiliana" (vol. 159) em São Paulo (1939) com o título *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*.

Como se vê, Alexandre von Humboldt deu na sua carta ao representante do Império do Brasil somente um parecer. Na carta acima referida e citada por von Hagen (p. 139), sem que este mencionasse a sua fonte e a quem essa carta fora dirigida, afirma no entanto talvez brincando:

> "Agora constituem-me árbitro. Eu, como é natural, decidi favoravelmente pelo Brasil",

prosseguindo jocosamente — após ter afirmado que em 1800 o consideraram "perigoso espião" —

> "porque desejava uma grande condecoração, e a República da Venezuela não tinha nenhuma para me conferir".

Vimos que a carta acima traduzida do francês para o português constitui um parecer objetivo que de maneira alguma está unilateralmente a favor do Brasil, e sim somente a favor de uma paz e colaboração entre os povos naquela região. É um parecer, frisamos, e de maneira alguma uma arbitragem, já que Humboldt foi consultado só pelo Brasil e não constituido árbitro por ambas as partes litigantes.

No entanto, uma coisa é certa: Alexandre von Humboldt recebeu, de fato, do Imperador do Brasil e, como tudo indica, em compensação do seu parecer, uma "grande ordem". Trata-se da grã-cruz da Ordem Imperial da Rosa, criado por D. Pedro I em homenagem à sua segunda esposa Da. Amélia de Leuchtenberg, logo após a sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1829. Em 20 de outubro de 1855 Humboldt escreveu ao imperador D. Pedro II uma carta, cujo original inédito em língua francesa se encontra tambem no arquivo do Museu Imperial em Petrópolis (doc. 6094-m.122). Reza este interessante documento em português o que segue:

> "Senhor. Vossa Majestade Imperial havendo por bem encorajar pela Sua augusta proteção os trabalhos empreendidos com o fim de espalhar luz sobre o continente cujas vastas e férteis regiões estão submetidas ao Vosso cetro, conferiu-me a mais insigne honra a que poderia aspirar. Nomeado pela Vossa graciosa munificência Grã-Cruz de Vossa Ordem Imperial da Rosa, acho-me feliz em poder depositar aos pés do Vosso trono a homenagem da minha mais respeitosa veneração e um vivo reconhecimento. Com todos os ardentes votos pela glória de um governo que, estendendo os limites da cultura intelectual, tanto trabalhou nobremente e com sucesso para dar o benefício de uma tranquilidade aos países limítrofes, sou com respeito de Vossa Majestade Imperial mais humilde e o mais obediente e o mais sumisso criado.

O Barão Alexandre von Humboldt.
No Castelo de Sanssouci, 20 de outubro de 1855".

Resta perguntar qual o destino definitivo dos convênios sobre os quais Humboldt deu o seu parecer supra reproduzido. Alega Andrä em seu artigo que os limites naquela região nordeste brasileira foram somente "fixados definitivamente por volta de 1930", o que quanto à Colômbia está certo. O convênio firmado com a Venezuela (em 1852) foi porem, de fato, ratificado em 1859, acontecimento não mencionado pela maioria dos historiadores brasileiros e ainda ignorado por Handelmann quando acabou sua obra em meados de 1859. Afirma-o, no entanto, Oliveira Martins (em *O Brasil*, p. 111).

> (...) foi o Brasil delimitado pelo tratado de 1859, no qual toda a bacia do Rio Branco, dividida da do Orinoco pela Serra de Pacaraina, lhe ficou pertencendo; assim como os vales dos outros sucessivos confluentes do Rio Negro, separados tambem do Orinoco pelas alturas de Maduacaxas. Desde o ponto em que o Rio Negro, junto à ilha São José, deixa de ser brasileiro, coçam as fronteiras indeterminadas ou disputadas da Colômbia. Até aqui o relevo orográfico, dividindo acentuadamente as bacias dos confluentes do Amazonas e a do Orinoco, prestava-se a uma delimitação, mas agora, que as cabeceiras do Rio Negro e as do Orinoco se confundem (?), e que o Amazonas vai deixar de ser brasileiro, é arbitrária a adoção de um ou outro dos confluentes: não ná indicação natural decidida para guiar os estadistas. A confluência do Apaporis no Japurá é um ponto de partida comum às pretensões da república e à fronteira histórica que o Brasil defende. Segundo esta última, o território compreendido entre o Japurá e o Memachi seria brasileiro; segundo a primeira, os limites do Brasil seguiriam o Apaporis, e não o Japurá, desde o ponto da confluência".

Esta extensa citação do livro de Oliveira Martins escrito e publicado diversas vezes no século XIX (1880, 1881 e 1887) refere-se, supuséramos, ao convênio mencionado no parecer de Alexandre von Humboldt, mas Teixeira Soares (p. 113) em sua notavel obra demonstra tratar-se juridicamente de um novo tratado e que foi assinado em 5 de maio de 1859. Na prática, isto é quanto aos limites delineados e ao princípio adotado do *uti possidetis* parece não diferir do outro aprovado por Humboldt e, entrementes, arquivado. Aliás, os limites, segundo Teixeira Soares, foram demarcados nos anos de 1879 a 1882 por uma comissão mista brasileiro-venezuelana.

Da mesma obra infere-se ainda que o convênio de limites com a Colômbia (Nova Granada) de 25 de novembro de 1853 assim como

o da navegação foram desaprovados pelo senado de Nova Granada, não sendo, por este motivo, ratificados por aquele país. O Brasil com a louvavel intenção de eliminar todas as dúvidas que pairavam sobre as fronteiras com os vizinhos enviou, como descreve pormenorizadamente Teixeira Soares, três missões a Bogotá para resolver os problemas, mas o governo colombiano na expectativa de poder ocupar zonas a que não fazia jús, protelou sempre de novo a conclusão de um tratado definitivo que só chegou a ser assinado no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1928, incluindo uma determinação sobre a livre navegação nos rios Amazonas, Japurá ou Caquetá, Içá ou Putomaio e seus afluentes.

* *

*

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

Adonias (Isa), *A Cartografia da região amazônica*. Catálogo descritivo (1500-1961), 2 tomos, Conselho Nacional de Pesquisas. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Rio de Janeiro, 1963 Principalmente a "Carta Geographica" do Dr. em Math. Joze Joaquim Victorio da Costa, p. 258/9 do tomo I.

Andrä (Helmut), *Alexander von Humboldt e suas relações com o Brasil*. Revista "Humboldt" (port.) nº 10 (1946), p. 68.

Condamine (Ch. M. de la), *Viagem na América Meridional descendo o Amazonas*. Biblioteca Brasileira de Cultura nº 1. Editora Pan-Americana S.A., Rio de Janeiro, 1944.

Cortesão (Jaime), *La Condamine ao serviço de D. João V*. Em: "O Estado de São Paulo", 9.8.1953.

Fouquet (Karl), *Alexander von Humboldt, 1769-1859, Bildnis eines grossen Menschen*. Instituto Hans Staden, São Paulo, 1959.

Hagen (Victor von), *A América do Sul os chamava. Explorações dos grandes naturalistas (La Condamine, Humboldt, Darwin, Spruce)*. Edições Melhoramentos, São Paulo, s.d.

Humboldt et Bonpland, *Voyage de Humboldt et Bonpland*. Premiere Partie. Relation Historique. Tome second, Paris, Chez N. Maze, 1819.

Humboldt (Alexander von), *Ansichten der Natur mit wissenschaftlichen Erläuterungen*. 1. Bd., J. G. Cotta'scher Verlag, Sttugart und Augsburg, 1859.

Leite S. J. (Serafim), *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

Martins (Oliveira), *O Brasil e as colônias portuguesas*. Guimarães & Cia. Editores, Lisboa, 1953.

Oberacker Jr. (Carlos H), *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira.* Editora Renascença, Rio de Janeiro, 1968.

Oberacker (Carlos H), *Dois cartógrafos alemães ao serviço do Brasil no século 18: Johann Andreas Schwebel e Philipp Sturm.* "Revista de História" nº 89 (1972), p. 93 ss. e Revista "Humboldt" (port.) nº 22 (1970), p. 71.

Oberacker Jr. (Carlos H), *Uma carta de Alexandre von Humboldt ao Conde da Barca.* Revista "Humboldt" (port.) nº 19 (1969), p. 84.

Ramirez (Ezekiel Stanley), *As relações entre a Áustria e o Brasil,* (Brasiliana, vol. 337), Companhia Editora Nacional, São Paulo, (1968).

Reis (Arthur C. F.), *Limites e demarcações na Amazônia brasileira,* 1º tomo: A fronteira colonial com a Guiana francesa. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947.

Soares (Teixeira), *História da Formação das Fronteiras do Brasil,* Conselho Federal de Cultura Rio de Janeiro, 1972.